

b) Contrato de Serviços de Assistência Técnica Especializada à Empreitada para a Construção do Memorial às Vítimas dos Conflitos Políticos, a ser celebrado com a empresa DARANGOLA — Consultoria, Limitada, no valor de Kz: 258 310 047,67 (duzentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e dez mil, quarenta e sete Kwanzas e sessenta e sete cêntimos).

2. O Director do Gabinete de Obras Especiais (GOE) é autorizado, com a faculdade de subdelegar, a praticar todos os actos decisórios e de aprovação tutelar no âmbito do referido Processo, incluindo a assinatura dos Contratos.

3. As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

4. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Fevereiro de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (23-1290-C-A-PR)

Despacho Presidencial n.º 31/23
de 22 de Fevereiro

Considerando que as condições inadequadas de funcionamento, acomodação e assistência aos doentes a nível das unidades sanitárias determinam a necessidade imperiosa de se construir e garantir o apetrechamento de hospitais, bem como de serviços de apoio hospitalar, em virtude da urgência no asseguramento da continuidade dos serviços e melhorar a assistência e o acompanhamento médico aos doentes;

Tendo em conta que a construção do novo Hospital do Município de Porto Amboim foi transferida para um novo terreno, urge a necessidade de se efectuar a reposição dos edifícios desmobilizados que serviriam de início dos trabalhos efectuados no terreno do antigo hospital;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º, artigo 26.º, alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º, artigos 32.º, 33.º, 34.º, 38.º, 42.º e 44.º, a alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º, artigo 141.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, e com a alínea a) do n.º 2 do Anexo X, actualizado pelo n.º 16 do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 73/22, de 1 de Abril, que aprova as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2022, o seguinte:

1. É autorizada a despesa no valor global de Kz: 3 008 141 905,00 (três mil milhões, oito milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e cinco Kwanzas) e formalizada a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada para a reposição dos edifícios do antigo Hospital do Município de Porto Amboim, como se seguem:

a) Contrato de Empreitada no valor Kz: 2 613 029 405,00 (dois mil milhões, seiscentos e treze milhões, vinte e nove mil, quatrocentos e cinco Kwanzas);

b) Contrato de Empreitada para a substituição de 5 km de tubo de fibra de vidro e instalação da conduta de abastecimento de água potável Kz: 398 079 800,00 (trezentos e noventa e oito milhões, setenta e nove mil e oitocentos Kwanzas).

2. À Ministra da Saúde é delegada a competência, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento, adjudicação das propostas para a celebração dos Contratos citados no ponto anterior, incluindo a assinatura dos mesmos.

3. A Ministra das Finanças deve assegurar a disponibilização de recursos financeiros necessários à execução dos contratos inerentes ao projecto, bem como apoiar tecnicamente o processo da sua formação e execução.

4. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Fevereiro de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (23-1290-D-PR)

Despacho Presidencial n.º 32/23
de 22 de Fevereiro

Considerando que em 2017 foi celebrado o Contrato de Empreitada de Reabilitação da Estrada EC 192/EN 250/EC 254/EC 385, Luau/Cazombo, Troço Rio Sapo/Cazombo, na Província do Moxico, com extensão de 192,40 km, com a empresa CBITEC — China Bengbu International Technology & Economic Cooperation;

Tendo em conta que, por constrangimentos financeiros, o Contrato nunca foi executado e, com o fim de suprir a necessidade pública patente na realização do projecto em referência, o mesmo foi resolvido nos termos da alínea a) do artigo 380.º da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos;

Considerando ainda o interesse público subjacente à referida empreitada e havendo a necessidade premente da materialização do projecto supra referenciado;

Convindo a adopção de um Procedimento de Contratação Pública cabível de acordo com as condições constantes da nova proposta comercial e de financiamento para a execução da empreitada em causa;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º e artigo 26.º, alínea e) do n.º 1 do artigo 27.º, artigos 32.º, 33.º, 34.º, 36.º e 38.º, a alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º, artigo 141.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, e com a alínea a) do n.º 2 do Anexo X, actualizado pelo n.º 15 do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 73/22, de 1 de Abril, o seguinte:

1. É autorizada a despesa e formalizada a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada para a celebração do seguinte:

- a) Contrato de empreitada para a reabilitação da Estrada EC 192/EN 250/EC 254/EC 385, Luau (Marco 25)/Cazombo/Lumbala Caquengue, com uma extensão de 247,50 km, na Província do Moxico, no valor global de USD 276 091 402, 01 (duzentos e setenta e seis milhões, noventa e um mil, quatrocentos e dois dólares dos Estados Unidos da América e um cêntimo);
- b) Contrato para a aquisição de serviços de fiscalização da empreitada de reabilitação da Estrada EC 192/EN 250/EC 254/EC 385, Luau (Marco 25)/Cazombo/Lumbala Caquengue, com uma extensão de 247,50 km, na Província do Moxico, no valor global de Kz: 3 471 849 380,00 (três mil, quatrocentos e setenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta Kwanzas).

2. Ao Ministro das Obras Pública, Urbanismo e Habitação é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, bem como para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido procedimento para a celebração dos correspondentes Contratos, incluindo a assinatura dos mesmos.

3. O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação dos referidos Contratos inerentes ao projecto.

4. É revogado o Despacho Presidencial n.º 158/17, de 4 de Julho, que aprovou a contratação da Empreitada de Reabilitação da Estrada EC 192/EN 250/EC 254/EC 385, Luau/Cazombo, Troço Rio Sapó/Cazombo, numa extensão de 192,40 km, entre o Ministério da Construção e a empresa CBITEC — China Bengbu International Technology & Economic Cooperation.

5. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

6. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Fevereiro de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (23-1290-E-PR)

Despacho Presidencial n.º 33/23
de 22 de Fevereiro

Por conveniência de serviço;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

É nomeada Albina Faria de Assis Pereira Africano para o cargo de Comissária Geral de Angola na Expo Doha — Qatar 2023.

Publique-se.

Luanda, aos 13 de Fevereiro de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO. (23-1290-A-PR)

Despacho Presidencial n.º 34/23
de 22 de Fevereiro

Considerando que a República de Angola é Membro do Bureau Internacional de Exposição e tem importantes participações nas diferentes exposições internacionais que realizar-se-á em 2023 em Doha — Qatar;

Considerando que, no domínio da política externa, a República de Angola tem-se afirmado como um parceiro na arena internacional através do intercâmbio cultural e da promoção das suas potencialidades e oportunidades nos mais diversos domínios;

Havendo a necessidade da República de Angola participar na Exposição Internacional de Doha — Qatar em 2023;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 6 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 3 do artigo 56.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 9/22, de 16 de Setembro — que aprova o Regime de Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, o seguinte:

1. É criada a Comissão Interministerial para a organização da participação da República de Angola na Expo Doha — Qatar 2023, coordenada por Albina Faria de Assis Pereira Africano, na qualidade de Comissária Geral de Angola na referida Exposição Internacional, e integra as entidades seguintes:

- a) Representante do Ministério das Relações Exteriores;